



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok

Ata 18/17

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOAS

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião extraordinária do CMS de Canoas. A reunião desta data não contará com pauta específica de análise e aprovação da prestação de contas do 2º Quadrimestre da Saúde de Canoas. O Presidente começa descrevendo os últimos acontecimentos e o consequente cancelamento de nossa reunião ordinária, fruto de manifestações de repúdio de conselheiros, pela constante desvalorização do CMS, através de reportagens e comunicados intempestivos de membros do Executivo. Menciona reunião no Auditório Sady Schiwitz, dos conselheiros com o Prefeito Municipal e sua cúpula, para esclarecimentos e cobrança aos gestores dos casos da UPA do Idoso, da substituição do GAMP, no HPS e UPAS e outras situações. Fala que ele e o secretário da Mesa estiveram no dia 23.10 em reunião na Associação Beneficente de Canoas, no HNSG e após foram ao Hospital de Pronto Socorro, onde escutaram uma série de manifestações preocupantes, em assembleia dos médicos da Casa. Só escutamos e nos estarreceu o fato de que há muitos atrasos de salários e depósito de INSS e FGTS. Estaremos conversando com a GAMP e com a SMS. Enfatiza que a GAMP foi notificada e não substituída, como informado. Foram exigidos vários ajustes ao contratado. Informa que o Dr. Diego do GAMP marcou reunião com a Comissão de Fiscalização do contrato, para divulgação da produção hospitalar, reiterando que ao CMS o importante é o que foi feito com o dinheiro e não quanto foi gasto. Foi acertada uma reunião mensal da Comissão de Humanização do Conselho com a Secretária de Saúde e que não aceitaremos mais ser os últimos a saber. Finaliza os informes e dá início a pauta esclarecendo que na análise das contas da secretaria, foram necessárias várias reuniões e exames de documentações. Passa a palavra ao CM Eduardo da Comissão de Orçamento e Finanças que passa a discricionar o processo, que sofreu diversos revezes. Nomeou discrepâncias e inconveniências nos lançamentos, com projeção de quase 70% de questões judiciais, com mais de 150 bloqueios e outros de compra de medicamentos e serviços. Demonstra sua inconformidade com a falta de colaboração da PGM que a partir de uma solicitação de esclarecimentos da Comissão, simplesmente respondeu de forma genérica e sem clareza. Decidiram, em consideração a população e ao tempo exíguo para a aprovação, sugerir a plenária à aprovação do parecer da Comissão. Foi decidido que haverá reunião entre PGM, Controladoria e Comissão. O Presidente após este interim repassa a palavra ao Sr. Cleber Brito, Diretor da SMS, que faz a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente referentes à parte municipal: livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração de juros, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária e Lei Kandir, importando no montante de R\$ 44.749.305,93. Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica, atenção básica, de média e alta complexidade e vigilância em saúde no valor de R\$ 42.873.330,53. De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade, despesas de Capital e Vigilância em saúde, orçando em R\$ 57.778.154,49. O total de recursos foi de 145.400.790,95. Em um comparativo com o mesmo período do ano de 2016, em índices de participação de 11,06% a mais de recursos municipais e

redução de 2,29% em estaduais 2,36% em saldos federais. O aumento de R\$ 2.053.690,05 significa um incremento de 1,43% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, Saudex, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU, vigilância, CIEE, energia elétrica, aluguéis, ACADEF, Pró-renal, Multiágil, telecomunicações, FMS, Serviços de Terceiros PJ, obrigações tributárias e contributivas e despesas de capital; totalizou assim as despesas em R\$ 147.563.927,63. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 11,13% na participação municipal, 29,76% e 0,03% nas despesas com recursos estaduais e federais, respectivamente. Ao analisar percebemos que houve um aumento de despesas no valor de R\$ 15.121.760,04, comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual negativo de 11,42. Em relação ao orçamento atualizado de 2017 de R\$ 476.563.820,38, somando-se os valores pagos e a pagar, o somatório de R\$ 280.608.873,26, formam um comprometimento de 58,88% dos recursos do erário público. O percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde foi de 15,65% do orçamento do município. Termina a apresentação, o presidente que o município já gastou mais do que a obrigatoriedade legal e ainda falta um quadrimestre. Fala que os conselheiros pediram diversas explicações e denota a insatisfação em relação à PGM, o qual se considera superior, sendo que no processo, ninguém é maior, afirmando que a Lei 8142, permite ao CMS, se quiser, pode contratar assistência externa. Diz que diante do desgaste será encaminhada convocação a PGM para se reunir com a Comissão de Orçamento e Finanças. Ao que parece é que a PGM apenas obedece às ordens judiciais, sem contestar. Parabeniza o conselheiro Eduardo por contestar a situação, pois ao que parece quem tem dinheiro para pagar um advogado, acaba tendo mais direito do que os outros, citando o caso do Sr. Johan que tem o direito a uma homecar a valores altos. O Sr. Cleber reclama e fala que a apresentação do relatório de gestão, mesmo que a secretaria tivesse tentado, sem êxito, só foi feita neste momento devido à opção do CMS. Diz que não deixaram para a última hora. O Presidente Mário rechaça a opinião do servidor, pois a apresentação não foi feita por culpa da demonstração de menosprezo e desvalorização do gestor, em relação ao trabalho do CMS. Demoraram a responder e a PGM ainda não o fizeram adequadamente. O CM Alcindo da UAMCA declara que só aceitará votar matéria que for encaminhada com antecedência aos conselheiros para conhecimento e que só aceitará, devido ao conhecimento do trabalho e idoneidade dos conselheiros Eduardo, Margarete e Mário. O Secretário da Mesa enfatiza que a votação é do parecer da Comissão, com todas as exigências apostas a ele. O Presidente coloca a matéria em votação e a mesma é aprovada por 12 votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. A diretora Loara é cobrada a respeito da inserção de publicidade em que o Executivo "zerou" a fila de espera e a servidora se compromete para na próxima reunião do CMS, dia 13.11.2017, a apresentar os dados e relação das 102 especialidades sem pendências. O Presidente solicita ao Secretário da Mesa que leia a ata do dia 09.10.2017. Feita a leitura foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A FMS informa que não terão condições de apresentar entendimento acerca da revisão do PNAB nacional, instituída pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que foi publicizada, mas que entidades recorreram para maior discussão e se comprometem a apresentar o assunto em tempo adequado. A SMS solicitou a inclusão em pauta do proposta de Política Para a População LGBT e a psicóloga Jaqueline Batiste, coordenadora das políticas de saúde integral da população LGBT. A servidora começou a apresentar a matéria, que por maioria de votos foi transferida para data oportuna, mesmo que fosse interessante e importante, mas os dados não foram enviados tempestivamente aos conselheiros para análise, nem tampouco, obedeceram ao prazo de emissão regimental. Mesmo que a argumentação de que o município já realiza o serviço de atendimento para tratamento hormonal a esta população e que ainda não

recebemos para isso. A Sra. Cristiane da FMS, diz que "se não aprovarmos, o dinheiro não virá". O CM Eduardo reclama de pressão pela aprovação e que precisa conhecer o projeto, apoiada pela CM Margarete, Cristiane e outros conselheiros. É mister que o gestor respeite o CMS e seu regimento. Pedem para reservar pauta para a matéria na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde e a diretora Loara pergunta qual a antecedência, mínima, necessária para encaminhamento de pautas ao CMS e o Presidente reitera que qualquer assunto deve ser enviado, no máximo, até a quinta-feira, até o meio-dia, a fim de dar tempo de organização e remessa aos conselheiros. Recebida ata do CLS São José, pedindo melhorias na unidade. A possibilidade do retorno da coleta de exames na UBS, tendo em vista a quantidade de condomínios que estão sendo construídos na área. Com a pauta vencida, às 21h02min, o presidente encerra a reunião em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos conselheiros.

[Handwritten signatures and initials]
Cristiane da FMS
Eduardo Antonio Favero
Margarete
Loara
[Other illegible signatures]